



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA

RESULTADO DA 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAMA
Data: 25 e 26 de agosto de 2010
Horário: das 09h00 às 18h00
LOCAL: AUDITÓRIO Nº 1 DO EDIFÍCIO SEDE DO IBAMA – SCEN, TRECHO 2 - BRASÍLIA/DF

1. Abertura da reunião pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira

A Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, abriu os trabalhos da reunião dando boas vindas a todos. Informou que se trata de uma reunião do Conama distinta das demais, em novo formato, o que agrega ao Conselho a condição de espaço de debate dos temas nacionais, na perspectiva ambiental. Nesse sentido, fez esclarecimentos sobre o debate previsto na pauta referente à política energética, tema que a ser discutido sob a ótica do meio ambiente.

Discorreu sobre a necessidade de aproximação do Conama com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, para que a abordagem de planejamento ambiental como um todo seja discutida com visão estratégica de convergência de políticas de desenvolvimento e de meio ambiente. Sugeriu para as próximas reuniões debate sobre planejamento de usos múltiplos da água, com a participação do Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA.

Ressaltou a necessidade de aproximação da gestão ambiental pública com a gestão privada. Destacou exemplos positivos da gestão ambiental privada e constatou que o Conama ainda está à margem dessa discussão.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PRNS será um importante instrumento para ampliar a interlocução dos setores, especialmente com relação à reciclagem. Acerca do assunto, informou que o MMA, juntamente com a Casa Civil, está elaborando o Decreto que o regulamentará.

Lembrou que já está em andamento a Consulta Pública com todos os segmentos e o intuito é encaminhar a proposta dentro do prazo exíguo dado pelo Presidente da República para sua conclusão. Informou que o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável deve ser finalizado até setembro e será levado à consulta pública.

Afirmou que o desafio da regulamentação do art. 23 da Constituição Federal requer nova visão da integração das instituições e das políticas públicas brasileiras.

Teceu comentários sobre o triste momento das queimadas e incêndios florestais, qualificando-o como gravíssimo, com mais de 7.000 pessoas do Corpo de Bombeiros trabalhando no combate. Lembrou que, apesar da situação climática propícia às queimadas, vários peritos estão em campo tentando identificar os incêndios criminosos.

Ressaltou a necessidade de acompanhamento institucional dos processos de assentamentos, com o fim de evitar futuras queimadas, pois muitos incêndios estão ocorrendo nessas áreas, assim como nas terras indígenas.



Informou que o MMA juntamente com o ICMBio estão trabalhando na elaboração de estratégias para a recuperação das áreas queimadas, bem como para prevenir o avanço do fogo nas Unidades de Conservação.

Registrou o esforço do Governo de Tocantins, do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil e de todos os brigadistas no combate aos incêndios florestais. Ademais, sugeriu reflexão para aprimorar os métodos de prevenção e combate às queimadas, já que, mesmo com todos os esforços e medidas governamentais tomadas, o prejuízo é muito grande.

Informou ainda que o MMA irá apresentar proposta de revisão do Código Florestal, como uma proposição alternativa a que tramita no Congresso Nacional, construída de forma diferenciada por biomas. Ressaltou que chamará os setores para o diálogo.

Passou aos itens de pauta da Reunião, fazendo esclarecimento sobre o Painel de Debates e sua estrutura, os debatedores e expositores.

2. Painel de Debates sobre Política Energética e Meio Ambiente

O Debate foi aberto com a exposição do Secretário Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Estratégico do MME, Paulo Altaur Pereira Costa, que palestrou sobre o processo de planejamento energético, sobre as características da estrutura energética do país e sobre as estratégias de planejamento de produção e distribuição de energia. Além disso, comparou a matriz energética brasileira com a de outros países e fez esclarecimentos sobre os projetos de expansão do setor elétrico.

O debatedor Marcelo Poppe, Assessor do Centro de Gestão e Assuntos Estratégicos – CGEE, fez esclarecimentos sobre a instituição CGEE. Comentou que o Brasil até hoje soube valorizar seus recursos naturais, renováveis ou não, para a geração de energia, multiplicando a produção de petróleo e reduzindo a importação. Em relação aos recursos hídricos e de biomassa (cana-de-açúcar), o Brasil inovou e desenvolveu as tecnologias e a produção, havendo grandes ganhos de produtividade. Afirmou que o aumento de eficiência de toda a cadeia produtiva é essencial para preservar os recursos naturais através da redução do desperdício, do aproveitamento dos resíduos, da transformação de passivos ambientais em insumos energéticos. Fez um exame histórico da evolução da hidroeletricidade, a partir do século XIX, e afirmou que este é um momento de busca do uso múltiplo das águas e da minimização dos impactos. Destacou a utilização da biomassa, em particular da cana-de-açúcar, com impactos socioeconômicos favoráveis, com crescimento substancial desde 2004 (1% ao ano). Sobre a energia eólica, disse que o Brasil está avançando nessa área, assim como a energia solar, em particular a fotovoltaica, que hoje complementa a demanda rural, mas que o País não dispõe de parque industrial capaz de atender a essa demanda expressiva, crescente a partir de 2004.

O Coordenador do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental – ISA, Raul Silva Telles do Vale, ressaltou a importância da discussão no Conama de temas estratégicos como o da matriz energética. Lembrou que o Brasil está voltando a ter planejamento, e que a sociedade quer uma matriz energética limpa e renovável. Defendeu que é preciso discutir como a energia é gasta e não apenas como é produzida, refletindo sobre o uso intensivo de energia para produzir riqueza e se estamos gerando o melhor benefício socioeconômico da energia no Brasil. Disse que cerca de 70% da hidroeletricidade a ser produzida no Brasil em 2010 a 2030 virá da Amazônia, já que as demais bacias hidrográficas brasileiras esgotaram seus potenciais, e que mesmo com a adoção de novos modelos, como a geração de energia a fio d'água, na Usina Plataforma, não deixa de trazer problemas, como nos casos do Rio Madeira e do Rio Xingu. Afirmou que os rios da



Amazônia têm grande biodiversidade e que a população amazônica vive dos rios. Por isso, a instalação de hidrelétricas vai gerar prejuízos para a vida das populações tradicionais. Por fim, asseverou que é necessário dar importância à questão de como a energia é gasta no mesmo nível de como é produzida. Seria necessário fazer avaliação de quais rios da Amazônia não deverão comportar a construção de hidrelétricas, pois o barramento dos mesmos trará mais prejuízos do que benefícios, ou seja, incorporar a questão ambiental no planejamento do setor e que isso deve ser feito em debates públicos.

José Simões Neto, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica – ABCE, discorreu sobre a visão da ABCE, formada por concessionárias públicas e privadas de geração e de transmissão, e sobre a dinâmica dos leilões de energia no País, do ponto de vista das concessionárias. Comentou sobre as preocupações do setor, tais como: redução do armazenamento de água e o consequente esgotamento do reservatório mais rapidamente, o que encarece a energia. Disse que a inserção da biomassa no sistema demanda subtransmissão da energia e que, por isso, a distribuidora acaba passando esses custos para o consumidor. Entendeu que a discussão da matriz energética deveria envolver maior transparência e que a sociedade deveria decidir sobre os custos do modelo a ser implantado. Afirmou que a segurança institucional, a formalização, a clareza, os custos econômicos que envolvem a obra devem ser apurados e discutidos com todas as áreas. Por fim, disse que o setor está disposto a cumprir e investir no atendimento das questões ambientais.

Findo o debate, os Conselheiros fizeram suas perguntas aos expositores:

Elisabete Lima (Gov./RJ): parabenizou o MMA pelas mudanças nas reuniões do Conama. Comentou que a apresentação do MME trouxe a percepção de que a questão ambiental ainda não está integrada à política energética; que a sociedade não quer a dicotomia “meio ambiente/desenvolvimento”. Asseverou, ainda, que o licenciamento não vai resolver essa questão e sim o planejamento comum.

Ivanice Campos (CNI): ressaltou que o desafio do desenvolvimento sustentável é o equilíbrio entre a segurança energética, os aspectos socioambientais e a produção de energia. Questionou o MMA sobre qual a forma apropriada para que a sociedade venha a participar das discussões sobre a matriz energética, considerando que o licenciamento ambiental afeta a competitividade dos serviços nacionais; que o setor elétrico desempenha funções de Estado em áreas isoladas; o PDE 2030 e as questões socioambientais. Questionou, também, sobre o que poderia ser feito para aperfeiçoar esse diálogo entre os Conselhos, visando reduzir a incerteza jurídica e econômica das questões socioambientais, com antecedência ao planejamento energético do país.

Tadeu Santos (Sócios da Natureza): Questionou a ausência de representantes tanto da sociedade civil, quanto da Câmara Técnica de Atividades Minerárias na composição da mesa de debate. Apontou para a relação da produção energética e problemas climáticos ocorridos tanto no mundo como no próprio País, sendo relevante ampliar o debate do tema. Disse não acreditar na extinção das termoeletricas, contudo ressaltou a importância do surgimento de fontes renováveis de energia. Ressaltou, ainda, a falta de incentivo do Governo Federal para o surgimento de fontes energéticas de acordo com o programa de eficiência energética e, por fim, apontou a falta de legislação ambiental para regular a emissão de gases de efeito estufa no Brasil.

Saint Clair Honorato Santos (representante dos Ministérios Públicos Estaduais): Falou sobre a questão social envolvida na construção de barragens (passivos ambientais), sobre o Movimento de Atingidos por Barragens e constatou que seus problemas não estão resolvidos, em especial no Estado do Paraná. Alguns agricultores não conseguem financiamentos, pois as suas propriedades não estão regularizadas; as empresas estão



sendo licenciadas, mas não cumprem as condicionantes e nem por isso são cobradas. Afirmou que é preciso que o Estado atue para resolver os passivos das hidrelétricas, e fez o requerimento de que os órgãos ambientais que atuam no Estado do Paraná, tanto o Ibama quanto o IAP, apresentem ao Conama os passivos ambientais causados pelas usinas hidrelétricas e as térmicas a carvão no Paraná. Por fim, questionou o impacto de mais de 130 PCHs no Estado.

Renato Cunha (ONDAZUL): Comentou ser fundamental trazer temas estratégicos para o Conama, assim como para o SISNAMA como um todo. Entendeu ser necessária a mudança do padrão de consumo e não só na produção de energia, sendo uma questão importante para quem lida com o planejamento energético. Disse ser necessário trazer a área social para o planejamento, os atingidos por barragens ou por energia nuclear etc., e que a energia nuclear não é a solução para a questão energética. Por fim, afirmou faltar desdobramento para o debate, incluindo novos espaços em outras instâncias do Conama.

Maurício Lobo (ANAMMA SE): Ponderou que não há “bandidos e mocinhos” no tema do planejamento e que a questão do custo de energia não foi abordada nas intervenções. Considerou importante pensar em investimentos em energia renovável, em alternativas dentro da área urbana, buscando a eficiência energética. Por fim, considerou que na energia fotovoltaica, o Brasil não desenvolve tecnologia.

Alan Amorim (NOVOS CURUPIRAS): Teceu vários questionamentos sobre de que lado o Conama está: se do lado do setor econômico ou do lado da sustentabilidade. Endossou a fala do representante do ISA, Raul Silva Telles Vale. Questionou quem paga o passivo ambiental do setor elétrico. Disse ser necessário evoluir o debate, pensando sobre o valor da biodiversidade.

Donizette Tokarski (ECODATA): Corroborou a postura do debatedor Raul na adoção da sistematização dos estudos, planos estratégicos e avaliações. Entendeu necessário integrar os estudos para embasar o licenciamento. Por fim, discorreu sobre a importância da pesquisa voltada para os biocombustíveis, considerando o potencial de plantas nativas e tirando do centro das discussões as monoculturas.

Ana Cristina Bandeira Lins (MPF): Teceu críticas ao planejamento estratégico exposto pelo representante do MME. Ponderou que a questão da eficiência energética não tem a posição de destaque que merece no planejamento. Que seria necessário não discriminar as necessidades dos pequenos usuários, que podem viver com energia solar ou eólica. Disse, ainda, que o setor elétrico precisa contabilizar os custos sociais e ambientais das hidrelétricas, pois até hoje os atingidos pelas barragens não foram indenizados. Por fim, criticou a opção pela energia nuclear.

Pedro Ubiratan (Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo): Entendeu que o debate foi incompleto, pois a segurança hídrica não foi discutida. Sugeriu reunião conjunta do Conama com o CNRH para discutir os impactos das PCHs. Afirmou que é preciso discutir o montante dos investimentos em petróleo e gás, muito superiores aos investimentos em outras fontes de energia, que emitem menos gases de efeito estufa, e que é preciso debater o subsídio de tarifas para energia renovável.

Findas as intervenções, os debatedores fizeram suas considerações finais:

Paulo Autaur (MME): reforçou que a energia térmica mudou seu papel hoje em dia e que o MME buscou a opinião das pessoas, quando da elaboração do Plano Decenal. No entanto, foram poucas as sugestões provenientes dos diversos segmentos durante a consulta pública do Plano. Quanto à eficiência energética, informou que está sendo elaborado um plano nacional e que a sociedade será consultada. Disse que ser um equívoco a posição de que o Brasil está na contramão, pois a energia solar é contemplada no programa “Minha Casa



Minha Vida”, envolvendo empresas, centros de pesquisa e universidades e que existem termos de referência para que a energia fotovoltaica se torne mais acessível. Por fim, disse que o MME preocupa-se com a pesquisa junto com o MCT em relação à energia heliotérmica, com sistema de armazenamento.

José Simões Neto (ABCE): considerou que o Plano Nacional de Eficiência Energética já está sendo estruturado e que 10% da energia deve ser aportada com eficiência e não com nova geração.

Raul Silva Telles Vale (ISA): questionou como vamos usar nossa energia com menor implicação sobre o meio ambiente e afirmou ser falsa a avaliação do custo, especialmente nos casos das UHEs. Ressaltou o problema da energia nuclear, especialmente o lixo nuclear, sendo necessário colocar a usina ao lado do consumidor para que ele possa analisar o seu verdadeiro custo.

A Ministra Izabella Teixeira concluiu que o Conama discute a questão ambiental, mas não define os planos energéticos e que há a necessidade de o MME abrir a discussão do plano estratégico de energia, assim como há necessidade de integrar a temática dos recursos hídricos com a temática do Conama. Quanto aos passivos ambientais, que poderiam até mesmo ser discutidos em Câmaras Técnicas, seria preciso discuti-los de forma propositiva. Afirmou que o Conama pode ser um integrador de políticas; que a Secretaria Executiva proporá ao Conselho os encaminhamentos oriundos de presente Painel de Debates e que a síntese das questões será levada às Câmaras Técnicas para discussão. Concluiu que o próximo debate deverá ser sobre o uso múltiplo das águas.

3. Discussão e votação da transcrição *ipsis verbis* da [98ª Reunião Ordinária](#), de 26 e 27 de maio de 2010

Documento aprovado por unanimidade.

4. Apresentação de novos Conselheiros

Nilo Diniz leu a lista, dando posse aos Conselheiros.

5. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA

Nilo Diniz comunicou aos Conselheiros o arquivamento de Moção do GDF apresentada na 98ª RO - Sistema Distrital de Unidades de Conservação – SDUC, tendo em vista a aprovação do SDUC pela Lei Complementar do Distrito Federal nº 827/2010, em 23/07/2010 e que o proponente, devidamente consultado, concordou com a retirada da proposta, em razão da perda de seu objeto, e arquivamento do processo.

6. Tribuna Livre (15 minutos).

Cel. Paulo Amaral (Exército Brasileiro): falou sobre o tratamento dado pelo Exército ao meio ambiente; que a instituição vai aderir à A3P; que estão publicando material sobre educação ambiental, disponibilizado na internet e que o Exército tem a guarda de várias áreas preservadas. Apresentou vídeo alusivo ao trabalho ambiental do Exército.

Donizete Tokarski (ECODATA): ressaltou o grave quadro de incêndios florestais no Brasil, destacando a questão do Cerrado. Afirmou que, por falta de ação de



antecipação e prevenção aos incêndios por parte Governo Federal, vários parques nacionais estão sendo destruídos.

Solicitou ao MMA informações sobre as queimadas ocorridas, bem como um plano de prevenção de incêndios para o próximo ano.

Lisiane Becker (MIRASSERRA): afirmou que a bancada ambientalista do Conama já apresentou 3 propostas de resolução e que até o momento não se tinha notícia da tramitação das matérias. Apresentou várias imagens do Rio Pelotas, discorrendo sobre a relevância da biodiversidade existente naquele Rio.

Renato Cunha (ONDAZUL): questionou se o MMA está fazendo revisão do processo de licenciamento e se o Conama estaria envolvido nesse debate. Solicitou informações sobre o tema.

Solon Fagundes (FURPA): observou a descontinuidade das políticas de meio ambiente em função das mudanças de governo. Afirmou que os resultados da Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada no governo anterior, têm sido deixados de lado. Solicitou encaminhamento das decisões da citada Conferência. Ressaltou ainda, a postura do TCU em responsabilizar solidariamente os Conselheiros do Fundo Nacional do Meio Ambiente, fato esse bastante preocupante.

Fernanda Messias (MDIC): convidou os Conselheiros a visitar a Bienal Brasileira de Design, de 14 de setembro a 31 de outubro, a ser realizada em Curitiba - PR, bem como a prévia do evento a ser realizada no espaço do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Esclareceu que a Bienal vai apresentar um panorama da produção recente do design brasileiro, tendo como eixos condutores a inovação, de um lado, e a sustentabilidade, de outro.

Alan Amorim (NOVOS CURUPIRAS): informou que na mesma data da Plenária estava ocorrendo o encontro entre lideranças de populações afetadas pelas Usinas; movimento esse de resistência à construção de Hidrelétricas na Amazônia. Destacou ainda, que no primeiro semestre deste ano foi discutido o ZEE da BR 163 e algumas recomendações foram feitas pelo Plenário. Indagou como está o cumprimento dessas decisões do Conama.

Volney Zanardi (MMA): esclareceu que a notícia veiculada no jornal Folha de São Paulo, em 23 de agosto, intitulada "Licenciamento de obras terá novas regras", teve origem em rodadas de discussão do Programa Nacional do Meio Ambiente com os órgãos ambientais do Espírito Santo, onde foram discutidos Termos de Referência para tipologias específicas, tais como portos e linhas de transmissão, não se tratando, no entanto, de definir novas regras ou procedimentos para o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental.

Nilo Diniz: deu esclarecimentos sobre as propostas de resoluções encaminhadas pela MIRASSERRA ao CONAMA. Esclareceu ainda as dúvidas sobre os encaminhamentos da Conferência Nacional de Meio Ambiente. Sobre o zoneamento ecológico-econômico da BR 163, informou que apresentará pedido de esclarecimentos ao Fórum da BR 163, para que sejam apresentados na próxima reunião.

7. Apresentação à mesa, por escrito, de requerimentos de urgência, de inversão de pauta ou de retirada de matéria.

O Presidente da CTSSAGR solicitou a retirada da pauta da proposta de resolução de movimentação interestadual de resíduos perigosos e o seu retorno à Câmara Técnica, tendo em vista a regulamentação da PNRS, que ainda não está concluída. O



Conselheiro Clarismino Pereira Junior (ANAMMA) fez a defesa da retirada da pauta, justificando-a.

Nilo Diniz informou o recebimento de três novas propostas de moção, a serem apreciadas na próxima Plenária:

- Proposta de Moção dirigida à Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicitando a derrubada dos vetos do Governador do Distrito Federal na Lei Distrital do SDUC, recentemente aprovada;

- Proposta de Moção de repúdio à construção do Estaleiro OSX, no norte da Ilha de Florianópolis.

- Proposta de Moção recomendando a adoção de uma política integrada de combate a incêndios florestais.

O Ministério do Turismo apresentou requerimento de urgência à revisão da Resolução 303/2002, tendo em vista a necessidade de definições claras e rápidas para pautar empreendimentos voltados aos Jogos Olímpicos e à Copa do Mundo. Contestado e apoiado por outros Conselheiros e, findo o debate, o Plenário aprovou o requerimento de urgência.

8. Ordem do Dia:

RESOLUÇÕES

8.1. PROCESSO Nº [02000.002082/2005-75](#) - RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Interessado: CONAMA.

Procedência: 98ª RO. Data: 26 e 27 de maio de 2010.

Tramitação: Após aprovação na CTGTB, a matéria foi encaminhada à 54ª CTAJ que devolveu à CT, recomendando modificações de mérito, uma vez que a minuta havia ficado sem a metodologia. Seguiram-se mais duas reuniões da CTGTB, retornando para a 57ª CTAJ (05 e 06/05/10), onde foi aprovada com alterações. Durante a 98ª RO as entidades Eco-Juréia, Mira-Serra e CNM solicitaram vistas do processo. Apenas as duas primeiras apresentaram parecer ao CONAMA.

Relatores: ONGs Mira-Serra e Eco-Juréia.

Lisiane Becker (MIRA-SERRA) apresentou seu Parecer referente ao pedido de vistas e solicitou o retorno da matéria para a CT.

Fabio Dib (Eco-Juréia) apresentou Parecer contrário à proposta, tendo como teor principal a inconstitucionalidade da matéria, solicitando o seu retorno à CT.

João de Deus (MMA) defendeu a manutenção da proposta.

Carlos Bocuy (Eco-Juréia) chamou a atenção para os posicionamentos tomados pelo CONAMA com relação às áreas protegidas e pediu cautela para que a matéria volte à CT e seja tratada com mais cuidado.

Gustavo Trindade (Planeta Verde) fez críticas à proposta de resolução.

Fanni Mamede (CONTAG) defendeu a aprovação da proposta.



Rejeitada a proposta de retorno da matéria à CT, foi APROVADA a proposta de resolução, com emendas apresentadas e discutidas em Plenário.

8.2. PROCESSO Nº [02001.001037/2002-98](#) - DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO INTERESTADUAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS

Interessado: IBAMA.

Procedência: 58ª CTAJ. Data: 04 e 05 de agosto de 2010.

Tramitação: Proposta aprovada com emendas na 31ª CT Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos – CTSSAGR e encaminhada para a 57ª CTAJ que, por sua vez, deliberou pelo retorno da minuta à Câmara Técnica de origem. A minuta foi finalizada por Grupo Ad Hoc, criado pela 32ª CTSSAGR, e aprovada com emendas na 33ª CTSSAGR, em 23/07/10. Pautada para a 58ª CTAJ, em 04 e 05/08/10, foi aprovada com emendas e encaminhada à 99ª RO.

Relator: Presidente da CTSSAGR.

Processo retirado de pauta por solicitação do Presidente da CTSSAGR, na forma do art. 15 do Regimento Interno.

PROPOSIÇÃO

8.3. PROCESSO Nº [02000.001526/2010-12](#) - PROPOSIÇÃO CONAMA SOBRE AS ALTERAÇÕES DO § 4º DO ART. 225 DA C.F. CONSTANTES NA PEC Nº 51 DE 2003.

Interessados: MMA.

Procedência: 52ª reunião do CIPAM. Data: 09 e 10 de agosto de 2010.

Tramitação: CIPAM

Relator: MMA

O ex-conselheiro Rosalvo de Oliveira Junior, presente à Plenária, apresentou a Proposição, com as sugestões de texto à PEC 51. A minuta foi aprovada sem necessidade de emendas.

MOÇÕES

O Conselheiro Marcílio Caron, Setor Florestal, solicitou a verificação de quórum. Verificada a falta de quórum deliberativo, a 99ª foi encerrada.

8.4. PROCESSO Nº [02000.000564/2010-58](#) - PROPOSTA DE MOÇÃO QUE RECOMENDA A CRIAÇÃO DE UM CORREDOR ECOLÓGICO NO RIO PELOTAS.

Interessado: MIRA-SERRA

Procedência: 98ª RO. Data: 26 e 27 de maio de 2010.

Tramitação: A CNM e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul solicitaram vistas ao processo na 98ª RO. Pareceres não apresentados ao DConama.

Proposta de Moção a ser apreciada na próxima Plenária.

8.5. PROCESSO Nº [02000.000827/2010-29](#) - PROPOSTA DE MOÇÃO DE REPÚDIO À CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE

Interessado: MOVER.

Procedência: 98ª RO. Data: 26 e 27 de maio de 2010.



Tramitação: Devido ao quorum insuficiente da 98ª RO, a moção não pode ser votada e retorna nesta 99ª RO.

Proposta de Moção a ser apreciada na próxima Plenária.

9. Informes:

Os Informes ocorreram no início do segundo dia de reunião, antes da Ordem do dia.

9.1. Informe do IBAMA sobre o andamento do cumprimento das condicionantes do Licenciamento Ambiental do Projeto de Transposição do Rio São Francisco.

Nilo Diniz informou que, conforme proposto por alguns Conselheiros, o Informe será antecipado por meio do site do CONAMA, no prazo de 15 dias, sendo tratado durante a 100ª Reunião Ordinária.

9.2. Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas 2009

Nilo Diniz informou que o Diretor do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel, apresentará a matéria na 100ª Reunião Ordinária do CONAMA.

9.3. Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab

A Conselheira Norma Lúcia de Carvalho, do Ministério das Cidades, apresentou relatório do Plansab.

9.4. Relatório Final do Grupo de Trabalho de Monitoramento de Fósforo (2010)

João Roberto Rodrigues apresentou o relatório final do GT.

10 Encerramento.